

Nós na perspectiva deles: **a tragédia do Paissandu e a representação midiática** **dos movimentos de moradia em São Paulo**

*Their perspective of us:
the Paissandu tragedy and the media representation of
housing movements in São Paulo*

Cilene Victor

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é uma das líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM). Tem pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC), doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado em Comunicação Científica e Tecnológica pela UMESP.

Roberto Chiachiri

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é um dos líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. É diretor da Cátedra UNESCO-UMESP em Comunicação. Pós-doutorando na Université Paris 1 Sorbonne – França, doutor e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Talita Gonsales Correio

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.

Pesquisadora do Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta) da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do Observatório de Remoções (FAUUSP-UFABC). Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Engenheira Ambiental e Urbana pela UFABC.

RESUMO

A luta das famílias mais pobres pelo direito de ocupação dos centros urbanos tem marcado a formação das cidades brasileiras e dado origem a vários movimentos de moradia. Essa realidade, no entanto, tem pouca presença na imprensa. Quando coberta, segundo a percepção das lideranças desses movimentos, é carregada de narrativas que remetem à criminalização das famílias e de seus representantes. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar a representação social dos protagonistas dessa causa no contexto da tragédia do Paissandu, quando o incêndio de um edifício ocupado por 150 famílias de baixa renda explicitou as diversas faces do problema. Para isso, foram analisadas 110 reportagens e contempladas as impressões das lideranças dos movimentos de moradia, por meio dos recursos da observação participante e da entrevista em profundidade.

Palavras-chave: movimentos de moradia; jornalismo e representação social; teoria da narrativa

ABSTRACT

Poorest families' struggle for occupation rights in the urban centers has shaped Brazilian cities and have originated several housing-rights movements. This reality, however, has little presence in the media. According to the perception of movements' leadership, when covered by the media, the reality is loaded with narratives that incite the criminalization of the families and its representatives. Therefore, this article's goal is to analyze the social representation of the cause's protagonists in the context of Paissandu's tragedy, when a fire in a building occupied by 150 low-income families exposed many aspects of the problem. To do so, 110 news were analyzed, considering the perspective of the movements' leadership through the methods of participant observation and in-depth interview.

Keywords: housing-rights movement; journalism and social representation; narrative theory

Introdução

A iniquidade social no uso e ocupação dos espaços urbanos e a luta pelo direito à moradia em locais com infraestrutura são algumas das principais facetas de um dos problemas sociais de maior complexidade no país. Nos últimos anos, essa luta deu origem a uma série de grupos e movimentos de moradia, liderados, na sua maioria, por homens e mulheres que no passado viveram o drama das famílias que hoje eles representam.

A pouca visibilidade midiática dessa temática, por sua vez, contribuiu para retardar e contagiar o debate e a concepção de políticas públicas capazes de minimizar os impactos sociais do déficit habitacional e suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Esse tema, no entanto, torna-se visível em contextos de grandes turbulências, como o do incêndio e desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, no centro da capital paulista, ocupado por 150 famílias de baixa renda.

Com uma cobertura jornalística intensa da “tragédia do Paissandu”, como o episódio ficou conhecido, a luta pelo direito à moradia ganhou evidência, mas na perspectiva das famílias que moram em ocupações no centro da cidade e dos movimentos que as representam a atuação da imprensa contribuiu para promover a cultura da culpabilização da vítima e a criminalização dos movimentos de moradia.

Diante desse contexto, este artigo é desenvolvido com o objetivo de identificar como a cobertura jornalística da “tragédia do Paissandu”, ao longo de uma semana, desde o incêndio, representou os movimentos de moradia e a causa por eles defendida. Para isso, a pesquisa recorreu a três procedimentos metodológicos. O primeiro diz respeito à revisão da literatura em dois campos centrais, o da formação das cidades e as lutas sociais pelo direito à moradia e o da teoria das narrativas ou narratividade. O segundo procedimento corresponde à análise das narrativas das 110 matérias sobre a “tragédia do Paissandu” publicadas em dois jornais de grande circulação, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O terceiro, por sua vez, une dois recursos que se complementam, o da observação participante e o da entrevista exploratória com lideranças dos movimentos de moradia.

As impressões levantadas ao longo da observação participante, especialmente durante rodas de conversa com a presença de lideranças dos movimentos de moradia de São Paulo, moradores de ocupações e pesquisadores, entre eles duas das autoras deste artigo, corroboram a percepção apurada durante a entrevista

em profundidade com três lideranças, duas mulheres e um homem. Entre os principais registros, destaca-se a crítica à maneira como a imprensa passou a sobrepor a criminalização dos movimentos de moradia à luta por um direito.

Essas impressões não apenas perpassam todas as seções deste artigo, como justificam a sua realização, uma vez que a imprensa tem papel central na formação da opinião pública que cobrará políticas públicas mais inclusivas, neste caso, as que garantam o direito à moradia e à ocupação dos centros urbanos pelas famílias de baixa renda.

A formação de cidades desiguais

A formação das cidades, como aponta Harvey (1996), é resultado das forças advindas dos diversos setores que a compõem, dando origem a um processo tão conflituoso quanto a densidade social de determinado espaço. Ao lançar um olhar sobre a formação e o desenvolvimento das cidades brasileiras, é possível perceber que tal processo se consolida basicamente no século XX, num contexto no qual as cidades apresentavam uma possibilidade de avanço e desenvolvimento relacionado ao crescimento da industrialização nas áreas urbanas. A grande oferta de empregos tornou-se um chamariz para a parcela da população que migrava para as cidades atrás de melhores oportunidades. Entre as décadas de 1940 e 1980, o Produto Interno Brasileiro (PIB) apresentava crescimento de 7% ao ano.

Porém, a industrialização se deu a partir da oferta de mão-de-obra barata, o que acarretou também na urbanização caracterizada pela incidência de baixos salários (MARICATO, 2008). Ainda segundo Maricato (2015), a baixa remuneração não permitia ao trabalhador acessar moradia digna e bem localizada, dificultando o seu acesso ao mercado formal de habitação. Isso significa dizer que o custo referente à moradia não era computado no salário, forçando esse trabalhador a ocupar as áreas ‘restantes’ da cidade, irregulares, na maioria das vezes, onde as obras eram levantadas por meio da autoconstrução.

Segundo Comaru (2016), as cidades se formaram a partir de um processo de urbanização precária, o que resultou em espaços radicalmente segregados, desiguais e injustos, características que marcam as cidades brasileiras até hoje. De acordo com o pesquisador, muitas políticas públicas continuam agravando e perpetuando essas desigualdades socioespaciais.

No final do século XIX, os operários, mão-de-obra barata, viviam majoritariamente nos cortiços localizados próximos aos seus empregos. Com um dos menores salários da América Latina e com quase nenhum direito garantido, os trabalhadores não conseguiam alugar uma casa para viver com suas famílias e acabavam encontrando nos cortiços uma possibilidade de morar, ainda que precariamente. Naquele período, os cortiços se localizavam no Brás, Mooca, Bom Retiro e Bixiga. Já a população mais abastada vivia nas regiões da avenida Paulista, Higienópolis e áreas próximas. Sendo assim, trabalhadores e classes mais ricas viviam relativamente próximos, o que resultou na criação de uma atmosfera de medo de doenças contagiosas provenientes dos cortiços e seus ambientes precários (KOWARICK, 1988).

Como os cortiços estavam em áreas valorizadas da cidade, com grande proximidade dos locais onde a classe alta frequentava, passaram a ser vistos negativamente por parte da elite paulistana. Essa imagem negativa e deteriorada dos cortiços também tem uma relação com a questão cultural. As elites entendiam que nos cortiços havia uma convivência ‘ímoral’, a cultura dos moradores de cortiços era tida como inferior e desvalorizada. Essas questões associadas aos valores e à ‘moral’ da classe alta foram um dos fatores que influenciaram fortemente na formação de uma imagem pejorativa em relação aos cortiços. Os gestores entendiam que a existência dos cortiços e a conseqüente convivência com a classe mais baixa eram fatores que impediam a valorização tanto social, quanto cultural e urbana daquela região. Sendo assim, o centro deveria ser um espaço de concentração de investimentos públicos, de instituições, cultura e de patrimônio histórico, e não um local de moradia das classes mais pobres (KOHARA, 2013).

Como resultado do medo da elite paulistana em relação à proximidade dos cortiços, foram realizadas intervenções que contribuíram para a formação de espaços segregados na capital, onde eram realizadas ações embelezadoras e paisagísticas nos locais onde a classe mais abastada morava e iniciativas sanitárias nas áreas habitadas por operários e trabalhadores das fábricas. O discurso utilizado naquele momento era uma iniciativa em relação à prevenção de contágio das doenças que advinham dos precários cortiços. Dessa maneira, a população mais pobre começou a ser expulsa dos centros urbanos (MARICATO, 2008).

Com o passar do tempo e o crescimento da cidade, outras centralidades foram surgindo e se fortalecendo. De acordo com Fix (2001), a década de 1990 foi marcada por uma série de grandes projetos urbanos, caracterizados por intervenções grandiosas e inovadoras do ponto de vista arquitetônico, com a finalidade de atender às exigências do capital que se instaurava e fortalecia-se na cidade.

Simultaneamente a esses processos, a região central passou a diminuir sua taxa de crescimento populacional, chegando a taxas negativas por cerca de duas décadas. Com o aumento do interesse do mercado imobiliário sobre as novas centralidades da cidade, a região central passou por um momento de deterioração urbana. Segundo Kohara (2013), desde a década de 1970 as gestões municipais têm apresentado projetos de requalificação do centro. Ainda que o teor desses projetos tenha uma variação ideológica, é possível observar uma tentativa constante do poder público em relação à chamada revitalização da área central.

Deve-se considerar que, apesar da convergência em relação à situação de deterioração de alguns locais do centro da cidade, é bastante complexo pensar em um projeto de requalificação que não resulte em uma consequente valorização fundiária dessa região e expulsão, ainda que indireta, das famílias de baixa renda.

A disputa pela moradia em área central

A região central da cidade de São Paulo é um local em constante conflito e disputa, resultando num cenário complexo e desigual, onde diversos atores se contrapõem diariamente. Se por um lado, o centro representa a resistência dos movimentos de moradia, materializada com as diversas ocupações de prédios abandonados, por outro, nos últimos anos, o mercado imobiliário tem feito investimentos na região, representado pelo expressivo volume de lançamentos de ‘lofts’, ‘estúdios’ ou outros produtos semelhantes.

Entre 2013 e 2015, foram contabilizados 65 lançamentos imobiliários na subprefeitura da Sé¹, que compreende os distritos da Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, Sé, República e Santa Cecília, sendo os dois últimos com a maior concentração desses lançamentos.

Se antes, ao ser abandonado pela classe média-alta paulistana, o centro apresentava taxas de crescimento populacional negativas, o que se repetiu por cerca de duas décadas, nos últimos anos há uma tendência de repovoamento dessa região, conforme é possível observar na tabela 1.

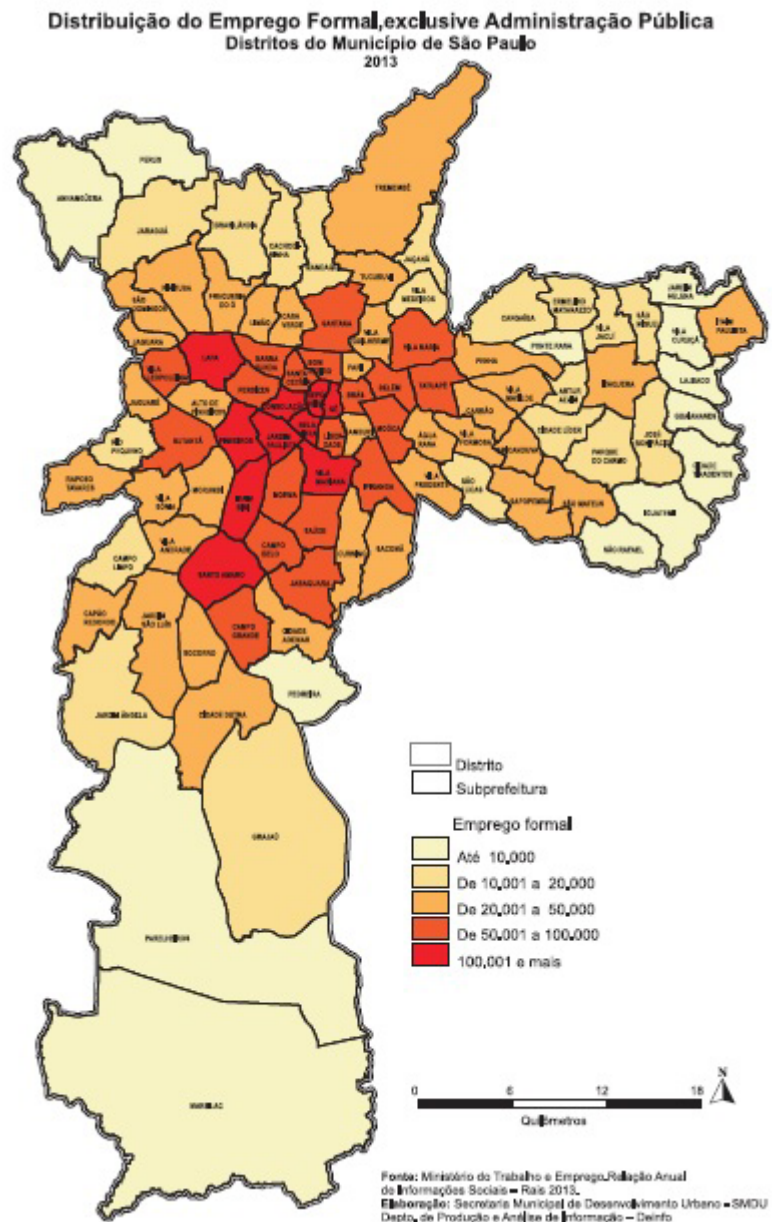
Tabela 1: População recenseada e taxa de crescimento populacional.

UNIDADES TERRITÓRIAS	1980 (POP.)	TAXA DE CRESC. 80/1991	1991 (POP.)	TAXA DE CRESC. 91/2000	2000 (POP.)	TAXA DE CRESC. 2000/2010	2010 (POP.)
São Paulo	8.493.226	1,16	9.646.185	0,88	10 434 252	0,76	11 253 503
Centro	526.170	-1,24	458.677	-2,24	373 914	1,43	431 106
Leste	2.877.590	1,70	3.465.397	1,13	3.835.354	0,42	3.998.237
Norte	1.788.422	0,78	1.947.435	0,8	2.092.360	0,57	2.214.654
Oeste	983.455	0,17	1.002.489	-0,94	920 806	1,06	1 023 486
Sul	2.317.588	1,64	2.772.187	1,65	3.211.818	1,11	3.586.020

Fonte: CENSO IBGE 1980, 1991, 2000 e 2010.²

Embora São Paulo seja a capital mais populosa do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), e uma das maiores cidades da América Latina, o centro tem a menor população, 431 mil habitantes, número bem inferior ao das outras quatro regiões. A partir da tabela 1 é possível notar também que as maiores concentrações populacionais se encontram nas regiões leste e sul da cidade, áreas ocupadas historicamente por famílias de baixa renda.

Por outro lado, a área central concentra o maior número de empregos, como é possível observar na figura 1.

Figura 1: Disponibilidade de empregos no setor privado em 2013.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – Rais (2013)³.

São Paulo registra um elevado déficit habitacional, de aproximadamente 358 mil domicílios⁴, principalmente nas regiões periféricas da cidade, onde há maior concentração de domicílios com inadequações habitacionais, maior densidade populacional e maior tempo médio de deslocamento entre moradia e trabalho.

No entanto, a figura 1 mostra que nessas regiões há uma menor disponibilidade de emprego, o que faz com que milhares de pessoas se desloquem diariamente para o centro de São Paulo, resultando num cenário de superlotação do transporte público e uma consequente opção pelo meio de transporte individual para aqueles que podem arcar com seus custos.

Há uma série de benefícios em morar na região central, como a facilidade de locomover-se para todos os outros pontos da cidade. Além disso, o centro preserva também uma grande oferta de serviços, equipamentos públicos e oportunidades de lazer. Por tratar-se de uma das maiores cidades do mundo, o acesso facilitado a todas essas oportunidades é de fato um ponto valioso para o mercado imobiliário e entendido aqui como um privilégio para quem pode acessá-lo.

Do ponto de vista socioambiental, é importante salientar que garantir à população de baixa renda oportunidade de morar no centro representa também uma forma de combater a expansão das periferias e, conseqüentemente, evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as áreas de proteção de mananciais.

Como o espaço urbano em São Paulo é valorizado, a sua apropriação representa também a desigualdade socioeconômica. Por outro lado, a disputa por espaço em áreas bem localizadas também vem apresentando alguns avanços nos últimos anos, seja a partir de instrumentos da política urbana, seja por meio de políticas públicas que visam a construção de novas unidades habitacionais. A produção de habitação social nas áreas centrais, ainda que em uma escala relativamente pequena, é também resultado desses avanços e está relacionada com uma série de condicionantes, entre eles a luta dos movimentos de moradia da região central.

A viabilização da reabilitação de prédios ocupados na região central de São Paulo é também um exemplo do desenvolvimento de políticas públicas habitacionais a partir do conflito e da disputa pela cidade.

Moradia é central!⁵

No início dos anos 1990, a organização de moradores de cortiços da área central fez surgir uma série de movimentos que passaram a debater questões de moradia, visando garantir formas de morar dignamente na região central da cidade. Entre os movimentos que surgem nesse período, destacam-se a Unificação de Luta por Cortiços (1991), o Movimento de Moradia no Centro (1997), o Movimento dos Sem Teto no Centro (2000) e o Movimento de Moradia da Região Centro (2003), conforme apresenta Barbosa (2014) em sua dissertação de mestrado.

Segundo o autor, essas organizações começaram a disputar um território até então abandonado pelo mercado imobiliário e que, a partir de práticas de ação

direta, conseguiram incidir na construção de alguns programas habitacionais, alçando cadeiras nos espaços de participação. Desde então, o centro tem se tornado um espaço de intensa disputa entre o mercado imobiliário e os setores populares, representados por trabalhadores sem-teto, catadores de material reciclável, população em situação de rua, trabalhadores ambulantes, entre outros grupos.

Holston (2009) apresenta os centros urbanos como lugares de resistência e contestação, formando espaços onde a cidadania toma uma forma insurgente. Isso se dá a partir de práticas transformadoras dos grupos populares, em busca de outras possibilidades de atuação e participação, além daquelas existentes, fundamentadas na radicalização da democracia.

Segundo Sanches (2015), no período entre 1990 e 2012, foram viabilizados 38 empreendimentos de habitação social, totalizando 3.734 unidades habitacionais por meio de quatro programas habitacionais. A autora também constata a importância da atuação dos movimentos de moradia e das assessorias técnicas durante o processo, que garantiram não só a possibilidade de projetos participativos, mas também apoio à construção de instrumentos da política urbana.

Barbosa (2014) estima que os movimentos de moradias organizaram cerca de 200 ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo, entre 1994 e 2014. Para os movimentos, além de uma forma de prover moradia a quem não tem condições financeiras, as ocupações se apresentam como uma ferramenta de luta para denunciar os imóveis vazios ou abandonados e que, portanto, não cumprem sua função social. As ocupações são uma das formas de pressionar o poder público para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda. O autor ainda aponta que a principal questão que inviabiliza a garantia de habitação social em áreas dotadas de infraestrutura é a questão do acesso à terra.

Além disso, como exposto por uma das lideranças de movimentos de moradias ouvidas pelas autoras, vale salientar que as ocupações não são a única ferramenta de luta, mas uma entre tantas outras, como a atuação em instâncias de participação popular e a organização de grupos de base, que têm como o objetivo a formação política e o entendimento das pessoas como sujeitos de direito.

Atualmente, estima-se a existência de 70 prédios ocupados no chamado centro expandido, totalizando aproximadamente 4000 famílias. Porém, entende-se que estamos tratando de um fenômeno consideravelmente dinâmico, uma vez que as ocupações surgem e são removidas quase que diariamente, sejam

elas organizadas por movimentos ou não. Sendo assim, é difícil precisar o número exato de ocupações existentes em São Paulo.

Com o passar do tempo, diversos movimentos foram surgindo e com eles distintas formas de ocupar, organizar-se e cobrar políticas públicas que viabilizem a moradia em áreas centrais da cidade. Dessa forma, embora os movimentos se unam em momentos estratégicos, como ocorreu após a tragédia do Paissandu, e que parte deles esteja articulada em algumas frentes, vale salientar que esses movimentos não são um bloco homogêneo e sua relação com os mais variados atores, como o poder público e a mídia, reflete essa heterogeneidade.

A tragédia do Paissandu

Na madrugada do dia 1º de maio de 2018, Dia Internacional do Trabalhador, o Edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu – região central de São Paulo – desabou após um incêndio que teve seu início cerca de quarenta minutos antes da tragédia.

O edifício de 24 andares era de propriedade da União, mas foi concedido para uso da prefeitura municipal após um acordo firmado em outubro de 2017. No passado, ele já havia sido utilizado pela Polícia Federal e pelo INSS⁶. Vazio desde 2003, quando a Polícia Federal se mudou definitivamente para a região da Lapa, o prédio foi ocupado algumas vezes, sendo que sua última ocupação já durava cerca de quatro anos. Com o incêndio, as 150 famílias que o ocupavam ficaram desabrigadas.

Desde então, as famílias se abrigaram provisoriamente em barracas no próprio Largo do Paissandu e seguiram acampadas, recebendo apoio de uma série de voluntários em busca de um atendimento habitacional definitivo para sua situação.

O desabamento do prédio explicitou a grave crise habitacional, na sua essência, decorrente da falta de investimentos maciços para produção de habitação de interesse social, destinada a famílias com renda mensal entre zero e três salários mínimos e que, portanto, precisam contar com altos subsídios, condições específicas para acessar o mercado formal de habitação. Para que seja possível contornar a situação de emergência habitacional, essas famílias dependem de políticas públicas inclusivas e que vão além da tradicional transferência de propriedade.

Além disso, deve-se salientar que o ônus excessivo com o aluguel tem sido um dos principais componentes da crise habitacional. Como relatado⁷ por diversas famílias, elas ocuparam o edifício Wilton Paes Almeida porque não conseguiram mais arcar com os custos do aluguel.

Assim como a ocupação desse edifício, tantas outras ocupações, sejam de prédios abandonados na região central ou de áreas ambientalmente frágeis ao longo da metrópole, são formadas diariamente por famílias que não conseguem arcar com os custos da moradia, já foram removidas de outros locais ou não conseguem acessar o mercado formal e, sem acesso a outras alternativas, optam por ocupar os espaços que sobram na cidade.

A representação midiática dos movimentos de moradia

Na visão das lideranças dos movimentos de moradia, a cobertura jornalística da tragédia do Paissandu sobrepôs a criminalização dos movimentos sociais à discussão do problema habitacional, retardando com isso o debate sobre a urgência de políticas públicas de habitação. Essa percepção foi aferida por meio da observação participante durante as rodas de conversas com moradores de ocupações, pesquisadores e as próprias lideranças, realizadas nos meses de maio, junho e julho de 2018, e pelas entrevistas em profundidade com três líderes de movimentos, conduzidas em julho do mesmo ano.

Para analisar e compreender como a imprensa tem representado os movimentos de moradia e suas causas, recorreremos a um *corpus* extraído de uma semana da cobertura jornalística do incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida por dois jornais de grande circulação, Folha de S.Paulo, Folha, e O Estado de S.Paulo, Estadão. A escolha desse recorte se dá pelo fato de a “tragédia do Paissandu” ter explicitado as diversas facetas do déficit habitacional e da iniquidade no uso e ocupação da cidade, dando voz aos diversos setores e grupos sociais.

De 1º de maio de 2018, dia da tragédia, até o dia 7 do mesmo mês, os dois jornais produziram 110 matérias, publicadas tanto no meio impresso, quanto no digital. Desse total, 57 foram publicadas pela Folha e 53 pelo Estadão.

Para a análise discursiva, foram adotadas como referencial teórico e metodológico a análise estrutural da narrativa e a semiótica discursiva de regimes de espaço. Ao longo da pesquisa, optou-se por diferenciar a imagem que ilustra as reportagens do discurso textual utilizado no plano

expressivo dos jornais, ou seja, entre o que é mostrado em discurso daquilo que é presentificado em imagem. Esse processo contempla ainda a formação material de como são vistas ou ouvidas as vozes dos movimentos sociais, principal foco da análise.

A base do estudo está sustentada em um parecer verdadeiro que os enunciadores constroem a partir do arranjo de textos e imagens, convertendo o contexto social do fenômeno, por meio do discurso jornalístico, em um mundo de linguagens.

Para traçar os efeitos de sentidos construídos na relação entre um “ele” estampado no texto jornalístico e um “eu” externado no discurso do jornal (Todorov, 2013, p. 246), é necessário compreender como os dois jornais abordaram os diferentes movimentos e grupos sociais e como funciona a engrenagem manipulativa da ação dos enunciadores (jornalistas e os próprios veículos) sobre os enunciatários (audiência). Para isso, recorreremos à estrutura narrativa de Todorov e ao modelo de interação da diferença nos tipos de “apreensão do espaço no plano da experiência vivida”, proposto por Landowski (2015, p. 29).

A resignificação da narrativa jornalística

É na projeção da obra jornalística, no plano expressivo, que, no primeiro momento, tratamos das virtualidades. Elas se materializam quando se manifestam no plano superficial das práticas institucionais e discursivas de ambos os veículos analisados (LANDOWSKI, 2015, p. 14). No sentido e na interpretação, destacamos somente alguns componentes do discurso em correlação com elementos da realidade presentificada no espaço linear dos jornais dedicado aos líderes dos movimentos.

Além do uso de termos como *sem-teto*, *invadido* ou *invasão*, foi encontrada, quase na sua totalidade, apenas menção aos nomes de siglas dos movimentos sociais, como Movimento Luta por Moradia Digna (LMD), Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento de Moradia Famílias Independentes (MMFI), Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas, União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). Cada uma das unidades citadas no discurso jornalístico, exceto uma ou duas que foram

ouvidas, projeta um ou mais sentidos que podem ser estabelecidos individual ou coletivamente. Nessa linha, como estudado em Todorov (2013), é o sentido que emana de um sentido maior, no qual é revelado um universo habitado por sujeitos atrelados a uma significação que, por sua vez, não diz respeito a um conjunto de pessoas organizadas que lutam em favor de um bem comum, mas na semântica da palavra marcada pelo estigma de “movimento social” e “sem-teto”, recurso presente nos discursos dos dois jornais.

Deste modo, o enredo dos movimentos sociais de direito à habitação e suas práticas difere-se do discurso jornalístico construído pelo narrador que relata o acontecimento na medida em que a história recorda uma realidade passada, cujos atores são mostrados como personagens da vida real (TODOROV, 2013). Assim, no contexto de relações interdiscursivas e intertextuais, emerge o contexto situacional, que ancora no tempo e no espaço o sujeito da enunciação, com datas, horários e lugares específicos (BARROS, 2001). São dois contextos, o interno, que trata da reconstrução dos elementos ideológicos e linguísticos do sujeito da enunciação, como o emprego de palavras carregadas de sentido pejorativo, como “movimentos sociais” ou “sem-teto”, e o contexto externo, identificado nos valores que emergem das práticas de grupos étnicos ou daqueles que pertencem a uma dada classe social e cultural, por exemplo, em consonância com as palavras utilizadas na narrativa (BARROS, 2001).

No ambiente da significação, surge a narrativa como história convencionalizada pelos jornais. Apesar de proveniente de um recorte preciso da realidade social do país, essa narrativa existe no nível dos próprios acontecimentos arquitetados por esses veículos e ofertados aos destinatários. Na sua composição, os discursos são combinados a uma lógica das ações de repetições e dos modelos triádico e homológico (TODOROV, 2013). Nas repetições, encontramos a antítese entre os temas e figuras das distintas histórias que se alternam.

Há uma contraposição entre o fato ocorrido, o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu, e o conteúdo e figura de origem política, no exemplo da visita do presidente Temer hostilizado no local do desabamento ‘Não me incomodei minimamente’ (Estadão); de ordem jurídica “Prédio incendiado em SP foi ocupado por facção criminosa, afirma Doria” (Folha), de ordem arquitetônica, “De luxo modernista à ocupação precária: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo” (Folha).

Os efeitos de sentidos produzidos pelos veículos são paulatinamente edificados também na gradação, quando a monotonia é afastada pela lógica de uma sequência que precede o paralelismo, composto pelos enredos de intriga, que

lidam tanto por unidades das narrativas maiores, como no embate entre poder público e movimentos sociais, quanto em narrativas menores, quando cada um dos atores é caracterizado de forma nítida por meio da comparação entre ações isoladas de um sujeito e outro. Para tanto, são manuseadas fórmulas verbais de significação semântica que ressaltam os pormenores da narrativa em circunstâncias idênticas (TODOROV, 2013).

Assim, se de um lado há a procura por responsáveis pela tragédia, de outro atribui-se o problema do déficit habitacional às vítimas que notoriamente são chamadas pelos jornais de “sem-teto” ou “invasores” de propriedade privada. Para esse propósito, os veículos dispõem de narrativas constituídas pelo encadeamento ou encaixamento de micronarrativas (BREMONT, 1966), como nesses dois exemplos: “Famílias abandonam animais para fugir de incêndio em prédio que desabou” (Estadão) e “Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros” (Folha).

Mais à frente e subordinados pela composição descritiva do verbo-visual gravado na enunciação, os enunciadores, indivíduos de linguagem que compõem a totalidade da reportagem, ressaltam, pelas características qualificantes de cada ator, a dinâmica e diversificação desses sujeitos previamente selecionados que são distribuídos nas reportagens (GREIMAS, 2013).

Como resultado, os enunciadores acrescentam novas significações ao nomear certos tipos de atores, como políticos, vítimas, vizinhos, oficiais da polícia e dos bombeiros, e suas ações frente à tragédia. Por isso, são projetados novos significados que começam pela transformação do mundo natural do acontecimento do incêndio em mundo de linguagem. Esse novo mundo edificado pelos jornais, apesar de localizado em sistemas analógico e digital, inversamente, manipula diretamente a forma de pensar dos destinatários sobre a tragédia das pessoas que viviam no edifício Wilton Paes de Almeida. Sendo designado como porta-voz e mediador dessa realidade reconstruída, os jornais se colocam na posição privilegiada de eleger que posição seus destinatários vão tomar diante do contorno volátil entre os “sem-teto” na luta social por habitação, de um lado, e de outro, políticos destituídos de visão habitacional e empresários interessados na especulação imobiliária.

Para operar essa transformação intratextual, os enunciadores recorrem à distinção de ordem paradigmática de um sistema incorporado a outro. Do apelo das vítimas à ajuda coletiva e reconhecimento social de suas reivindicações, em uma realidade desigual e marginalizada, ao conflito imposto pela especulação imobiliária, pela falta de políticas públicas e a crescente criminalidade que ronda o ambiente das ocupações concentradas na capital financeira do país.

As narrativas são dispostas pelos enunciadores para equilibrar esse paradoxo, amparado no fazer parecer verdadeira a estabilidade da exposição das fontes. Esses enunciadores, por sua vez, são atores que testemunham uma existência fragmentada. Isso pode tanto pelo pouco alcance que cada um possui sobre a totalidade da realidade editada, sempre a partir das escolhas do enunciador ao enunciatário, quanto pela visão de interlocutores, aqueles que falam na reportagem, que presentificam diferentes papéis temáticos e que se correspondem aos outros elementos da narrativa. Deste modo, cada ator é caracterizado unicamente por sua relação com outros atores que, em conjunção, constroem a trama apoiada no contexto do fato.

Considerações finais

Embora breve a exposição desenhada na análise da performance do construtor do discurso, nesse caso, os enunciadores dos jornais, ela se soma à crítica das lideranças de movimentos sociais de moradia sobre como os fatos, narrados na linguagem jornalística, podem ser manipulados.

Entretanto, para delinear um esboço dessa diretriz, em que a apreensão espacial jornalística constrói uma outra dimensão de espaço mental em seus destinatários, recorreremos aos valores semânticos dispostos como nova forma de criar esse espaço a partir da visão ideológica dos veículos de comunicação que, na fala das lideranças, representam uma força política e econômica contrária às causas sociais.

A Folha de S.Paulo e o O Estado de S.Paulo empregaram palavras como “sem-teto” ou “invasor”, no lugar de expressões que, de alguma maneira, pudessem imprimir o significado lato de uma luta social pelo direito à moradia.

A adoção dos termos “sem-teto” e “invasores”, um paradigma em um quadro sintagmático, revela que os jornais colocaram à frente não a situação problemática do cenário de quem necessita de moradia, mas o próprio discurso ideológico elaborado a partir de valores organizacionais e de interesses econômicos de veículos de comunicação, corroborando a percepção das lideranças.

Para tanto, aplicam a metonímia como figura de linguagem com o intuito de deslocar um sentido pelo outro, ou seja, a palavra “invasão”, atrelada à prática de assalto, é colocada no lugar de “ocupação”, usada como ato político, e o termo “movimento dos sem-teto” no lugar de “movimentos sociais” (Castilho, 2015).

Como produto, tem-se uma visão diferenciada de quem está à frente de movimentos em favor de pessoas que trabalham e não têm casa ou condições de moradia, para sujeitos, segundo diversos dicionários, que vivem nas ruas em mendicância ou ainda desabrigados por falta de vontade ou potência financeira para viver, como a maioria, pagando aluguel ou conquistando uma propriedade para morar.

No mundo da linguagem, extraído do mundo natural do fenômeno e mediado por um mundo digital dos veículos dispostos nas redes, constrói-se um outro espaço interposto pelas redes digitais, seguindo uma tendência manipulativa.

Além do deslocamento de sentidos que as metonímias produzem, existe também o movimento de acobertamento na distinção entre continuidade e descontinuidade. Isso significa que esses valores incorporados a partir do que é publicizado pela internet, mesmo na co-presença mediatizada, são produzidos negativamente para, de maneira corrente, figurar entre as opiniões dos leitores desatentos ao jogo metafórico das matérias jornalísticas.

O problema social da proporção explicitada pela tragédia do Paissandu, que aumentou o número de desabrigados na cidade e descontinuou a normalidade da vida cotidiana, por mais dramática que já o fosse, sob os efeitos de sentidos produzidos pelos jornais, foi reduzido ao status de uma tragédia anunciada, com vítimas e culpados.

A discussão sobre o déficit habitacional, o direito à ocupação dos centros urbanos por famílias de baixa renda e o papel dos movimentos de moradia deu lugar a narrativas que perpetuam a marginalização e a culpabilização das vítimas.

Essas ordens intertextuais imantadas na semântica, na nomeação e significação das palavras, subvertem a produção de valores, sobrepondo a crítica aos movimentos sociais e o discurso político ao debate sobre a luta pelo direito à moradia digna, considerado um direito humano universal.

Referências

BARBOSA, Benedito Roberto. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. **Dissertação de Mestrado** em Planejamento e Gestão do Território: Universidade Federal do ABC, 2014.

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BREMOND, Claude. *La logique des possibles narratifs*. Communications, 8, 1966.
- CASTILHO, Alceu Luís. “Invasões” x “Ocupações”: por um curso intensivo para jornalistas. **JusBrasil**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-5, jan. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2LhfpIE>>. Acesso em: 6 jul. 2018.
- COMARU, Francisco de Assis. Áreas centrais e movimentos moradia: transgressão, confrontos e aprendizados. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 13, p.71-93, 2016. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/5374>>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- FIX, Mariana. **Parceiros de exclusão**: Duas histórias de construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. **Léxico e semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Coleção português na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- HOLSTON, James. **Insurgent citizenship in an era of global urban peripheries**. *City & Society*, 21(2), (2009) p. 245-267.
- KOHARA, Luiz T. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. **Relatório Científico Final** de projeto de pós-doutorado, financiado pela Fapesp. FAUUSP, São Paulo: 2013.
- KOWARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. Edições 1988 e 1994.
- LANDOWSKI, Eric. Regimes de espaço. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 10-27, jun. 2015. Disponível em: <[dx.doi.org](https://doi.org)>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- LANDOWSKI, Eric. Para uma semiótica sensível. *Revista Educação & Realidade*, v. 2, n° 30, jul/dez, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2u3kop9>>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MENA, Fernanda. **Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 5 maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2L7CBjp>>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- MONTEIRO, Tânia. **‘Não me incomodei minimamente’**, diz Temer sobre hostilidade no local do desabamento. Estado de S.Paulo, São Paulo, 8 maio 2018. Geral, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2Je2DJ5>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- NOGUEIRA, Lígia; SOUZA, Felipe. **De luxo modernista à ocupação precária**: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 1º maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <www1.folha.uol.com>. Acesso em: 9 jul. 2018.

RESK, Felipe. **Famílias abandonam animais para fugir de incêndio em prédio que desabou.** Estado de S.Paulo, São Paulo, 1 maio 2018. Geral, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMerbk>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

SANCHES, Débora. Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990-2012). **Tese de doutorado.** Orientadora Angélica T. B. Alvim. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

SANCHES, Débora; ALVIM, Angélica Benatti. Inventário da habitação social pública na área central de São Paulo (1990-2012). *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 192.08, Vitruvius, jun.2016. <www.vitruvius.com>

TODOROV, Tzvetan et. al. **Análise estrutural da narrativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TOLEDO, Marcelo; SEABRA, Catia. Prédio incendiado em SP foi ocupado por facção criminosa, afirma Doria. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2ule24n>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Nota

- 1 Fonte: Site Infocidade. Visitado em outubro de 2016. infocidade.prefeitura.sp.gov
- 2 Dados brutos foram organizados e elaborados pelo Infocidade da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em infocidade.prefeitura.sp.gov Acessado em 19/10/2015.
- 3 Elaboração: Infocidade – PMSP. Disponível em: infocidade.prefeitura.sp.gov Acessado em 19/10/2015.
- 4 De acordo com o Plano Municipal de Habitação de São Paulo.
- 5 A expressão faz alusão a um projeto do Instituto Pólis, em parceria com a Oxfam, FASE e Cearah Periferia, que tinha como objetivo mostrar a importância de garantir moradia em áreas bem localizadas para a população de baixa renda.
- 6 Instituto Nacional do Seguro Social.
- 7 Como por exemplo na entrevista para o Instituto Net/Claro/Embratel disponível aqui: www.institutonetclaroembratel.org . Acessado em 8 de julho de 2018.